

Trabalho e Geração de Renda: a extensão universitária e a recomposição da razão crítica na universidade

1) Considerando as mudanças contemporâneas no mundo do trabalho, quais desafios temos à nossa frente no tocante às políticas de geração de renda?

Em primeiro lugar, a própria existência de política de geração de renda é um indicador dessas mudanças contemporâneas do trabalho. Antes existiam políticas de emprego e desenvolvimento. A partir dos anos 1990 surgiu essa modalidade nomeada no sistema público de emprego como “geração de renda”. Ao lado da qualificação, da intermediação de mão-de-obra e do seguro de desemprego, o Estado inaugurou um novo campo de atuação nesse universo do “auto-emprego”. Configurando o que vem sendo chamado “nova geração” de políticas públicas, que ganha expressão tanto nos países desenvolvidos quanto na periferia, como o Brasil. Um tipo de política pública que reconceitua o trabalho legitimando a ocupação fora da relação salarial contratada.

Em segundo lugar, é preciso ter em conta que a política de geração de renda quando tomada como ação permanente se afasta da condição emergencial de conjuntura e passa a compor o quadro institucional do trabalho, mobilizador de mentalidades e práticas como modo de vida. Sob esse aspecto, estudos apontam para a migração conceitual e política do trabalho para a zona assistencial, particularmente quando se pensa o amplo contingente de população excedente encampado pela chamada população alvo dessa política pública, a população *vulnerável* formada pelos socialmente deserdados. A questão chave aqui, na verdade, é a resignação da sociedade diante das mudanças sócio-econômicas recentes e a legitimação social dessas ações de gera-



Rosângela Nair de Carvalho Barbosa

Prêmio Capes de Tese na área Serviço Social de 2005 pela tese “A Economia Solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil”. A tese publicada em livro com o mesmo título editado pela Editora Cortez em agosto de 2007.

ção de renda a despeito de crescimento econômico efetivo e para todos. Seguidamente, seria preciso ter em conta que esse desassalariamento empurra o trabalho da esfera pública inerente ao contrato de trabalho e legislação trabalhista para o reino do indivíduo, *por conta própria*. Exatamente o contra-senso social da vida capitalista que foi objeto dos conflitos históricos do trabalho no Século XX e que mediante variadas conquistas associou os direitos sociais ao trabalho através do emprego (assalariamento). Essa visão liberal do trabalho empreendedor emerge nesse novo quadro histórico enaltecendo virtudes *libertárias, criativas e construtivas*, e, encobrindo a insegurança social e a exploração do trabalho na sociedade mercantil subordinada do nosso tempo. Nesse sentido, o desafio está nesse ponto: como qualificar as experiências na perspectiva da valorização da esfera pública do trabalho diminuindo a solidão do indivíduo deixado a sua própria sorte no mercado? Por conseguinte, e, como condição essencial daquela, como será possível desenvolver identidades, organização coletiva e ação política dos sujeitos nessas experiências isoladas de trabalho? Essas parecem ser indagações necessárias para se pensar o trabalho hoje em sua variada morfologia, inclusive a geração de renda. Afinal, um mundo que não é generoso com seus trabalhadores precisa ter seus conflitos sociais expostos publicamente de forma a politizar os sentidos das práticas sociais e negociar bases razoáveis de segurança social.

2) Sabemos que trabalho, mercado e sociedade estão intimamente relacionados através de uma dinâmica econômica que reflete questões tanto no âmbito das redes urbanas quanto no que diz respeito às questões sociais.

Você considera que há particularidades e especificidades no tocante à diversidade do desenvolvimento econômico (regional ou global) que afetam a geração de renda e trabalho no Brasil?

Sem dúvida. A globalização expandiu o crivo mercantil para os quatro cantos do mundo e aproximou os espaços pela via da informação/comunicação acelerada, e, das conexões econômicas. Do ponto de vista, econômico e cultural, significou mobilidade de fatores econômicos em fa-

vor de maior rentabilidade e apropriação. Do ponto de vista ideológico, produziu essa hipervalorização da técnica e a idéia de que esse processo é absoluto, único, definitivo e maior que cada um de nós. O que em si, esmaga a possibilidade de escolhas e a própria política. Daí o “pensamento único”, apontando o mal estar do nosso tempo com a crítica, o contraponto, o dissenso. Naturalizam-se essas mudanças como alterações técnicas, encobrindo a realidade que se processa no território onde a sociedade existe de fato em sua diversidade sociopolítica, histórica e de possibilidades econômicas. Esse acobertamento do território valoriza o vazio político (do Estado) abrindo espaço para expressão do privado, fazendo com que tudo possa ser tomado pela via mercantil, ou seja, supremacia dos interesses hegemônicos da globalização como a organização das empresas em redes econômicas e a busca de valorização através dos menores custos do trabalho que as fazem, então, desconhecer fronteiras geopolíticas em favor de trabalho mal remunerado e de baixa (ou sem) regulamentação pública. Interconexões que associam o lícito, moderno com o ilícito, injusto, ilegal. Isso significa que o local, o regional e o global se entrecruzam como dimensões de uma mesma realidade; formas do global se apropriar do local e do local se conectar ao global. Conexões que intermediam trabalho em relações de subcontratação e ao mesmo tempo ampliação de atividades econômicas locais em variadas informalidades.

Em pesquisa recente quis entender qual o sentido social da constituição de política pública para economia solidária (cooperativismo popular) nesse contexto de transformações na sociedade capitalista em escala mundial (Existem no Brasil, hoje, cerca de 15.000 unidades coletivas de práticas econômicas em autogestão reconhecidas como economia solidária). Na análise do material coletado pude perceber que as virtudes do associativismo inerentes a essas práticas, são um dado novo na esfera do trabalho e potente para agregar indivíduos em experiências sociais coletivas. Constitui-se numa ação defensiva contra o desemprego estrutural advindo da reorganização capitalista, mas que se distingue de uma mera estratégia de sobrevivência como aquela realizada nos semáforos e lixões das cidades. Essa distinção não é de pequeno porte, pois além de agregar trabalhadores em ações laborativas coletivas,

por meio dessa prática, se aciona espaço para política no sentido de defesa de interesses dos segmentos em favor de políticas públicas estruturantes para produção e comercialização dos produtos e serviços. Tirando da opacidade práticas de trabalho informais, quase que invisíveis no cenário público ao longo de todos esses anos de formação do mercado de trabalho brasileiro. Movimento em si, valoroso em termos de politização, pois descobre o uso privado dos serviços de crédito, fomento tecnológico, qualificação e subsídios legais pelos grupos econômicos consolidados. Podendo colocar “os trabalhadores de baixo” na órbita da disputa pelo alargamento da esfera pública polemizando com o peso da dimensão privada mercantil.

Todavia, isso é uma possibilidade histórica aberta à experiência social em meio a um cenário absolutamente ambivalente tomado por práticas bastante diversas no campo do trabalho. Com a globalização e reorganização do tecido produtivo houve o encurtamento do emprego e a ampliação do trabalho informal, fazendo com que o assalariamento seja de menor porte na estrutura do trabalho no Brasil. Isso significa supremacia de ocupações sem estabilidade, sem remuneração estável, sem carga horária definida, sem justiça para apreciar conflitos, enfim, trabalhadores sem proteção pública, o que implica um coletivo sem condições de pensar o futuro. Esta é a condição de 60% da força de trabalho. Por outro lado, nessa reorganização produtiva ganha expressão pequenas unidades econômicas e também alarga-se o mercado para esferas sociais mais diversificadas incluindo esse circuito inferior.

Com isso quero afirmar que, de fato, tanto a conexão hegemônica quanto as vocações e potencialidades locais são objeto (ou deveriam ser) de interpelação e prospecção quando se pensa o desenvolvimento econômico e o trabalho. Os fluxos econômicos que marcam a pulsão do tecido produtivo definidos externamente e por interface local precisam ser entendidos porque são neles que a vida vai ser dinamizada, então, é relativamente a eles que a geração de trabalho e renda precisa ser pensada, seja como promotora de ocupação seja para disputa de sentido da dinâmica do desenvolvimento. Isso significa repensar variadas práticas de geração de renda que não se vinculam aos fluxos econômicos e por isso ten-

dem a ter vida curta. Muitas ações de geração de renda são planejadas e implementadas sem qualquer compromisso efetivo com a plena continuidade da iniciativa econômica (embora sejam financiadas por fundo público – FAT). As estratégias de investimento produtivo tanto do segmento público quanto do mercado precisam ser discutidas, entendidas, apropriadas enquanto promotoras (ou não) de trabalho na forma emprego ou nas variadas situações de trabalho precarizado e auto-emprego (geração de renda).

3) Considerando os antecedentes e as características sociohistóricas do mercado de trabalho brasileiro, qual a possibilidade de ação-intervenção da Universidade, através de projetos extensionistas, contribuindo para o desenho de novas políticas e práticas visando o atendimento de demandas profissionais atuais, propiciando, assim, alternativas de geração de renda e trabalho?

Acredito, que qualquer projeto universitário que se referencie na história do trabalho no Brasil como menciona a pergunta, e, deseja resgatar a dívida social aí presente, precisa se impor como parte dessa função pública do conhecimento que a tradição humanista trouxe como legado. É nesse quadro de uma cultura engajada com os problemas e destinos do país em perspectiva emancipatória, e de efetiva difusão dos direitos humanos e sociais, que se pode tentar suplantar certa tendência generalizada de ações em torno de “universidade de resultados” ou de uma universidade promotora do fetiche do empreendedorismo. Variadas instituições universitárias têm se engajado nessa verdadeira campanha pelo empreendedorismo num formato distante daquela premissa crítica com baixa consistência teórica e contraponto ao que se espera dos altos estudos universitários. Outras experiências têm enveredado por esse campo operativo das mudanças do trabalho, vislumbrando oportunidade de vender serviços (negócio) ou de fazer as vezes de programas assistenciais do Estado para disputar verbas de financiamento ou ocupar espaço das políticas sociais dos governos. As proposições do fórum nacional de extensão parecem sugerir a contra-

posição de todas essas variantes e ainda apontar a extensão como interface, ligação, comunicação da universidade com a realidade social visando produzir conhecimento e formação socialmente relevantes, o que implica recomposição em sua estrutura de conteúdos acadêmicos e práticas universitárias pela conexão da realidade *estendida* (extensão) para seu interior. Nesse sentido, nos seria pedagógico mudar o vetor e indagar: de que modo a realidade do trabalho pode interferir na vida acadêmica da universidade? Quais os desafios postos para o conhecimento e a formação num mundo em mudanças tão acentuadas em termos políticos, tecnológicos, econômicos com repercussão sobre as medidas de justiça para sociabilidade histórica da nossa região e país? Penso por exemplo na responsabilidade histórica da universidade em oferecer a seus cursos condições teóricas para acolher e lidar com esses dramas humanos em torno do trabalho hoje; na riqueza formativa dos estudantes se chamados a pensar criticamente nas salas de aula e laboratórios a experiência do trabalho com a pulsação da luta pela sobrevivência no modo mesmo em que

o jogo da vida está sendo vivido pelos diferentes grupos sociais, bem como os dilemas científico-tecnológicos de um país subordinado no concerto econômico dominante ao mesmo tempo que conectado aos pólos mundiais mais dinâmicos.

Tudo indica que experiências extensionistas exitosas são aquelas que tomam o momento presente do trabalho com menos entusiasmo que a *razão cínica* liberal vem fazendo. No mínimo a perplexidade intelectual é um ingrediente essencial aqui. As ambigüidades do processo de mudanças da globalização aprofunda a dependência científica e tecnológica do país, refina a cultura consumista, desestrutura laços de identidades sociais em torno do trabalho e descaracteriza a presença do Estado na reprodução social. Quais as chances de autonomia econômica, política ou cultural num quadro tensionante como esse? Se formos capazes de colocar a universidade diante desse debate teórica, ideológica e tecnicamente, sem abrir mão da razão crítica, encontraremos caminhos instigantes de pesquisa, assessoria e capacitação para o enfrentamento das vicissitudes do trabalho hoje.